



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Isso significa que se dá uma bolsa para as famílias, para que possam tirar a criança do trabalho. Isto significa que se dá escola. Portanto, há um entrosamento com o Ministério da Educação. E tem que haver saúde para essa gente. Muitas vezes, só na parte agrícola, só na parte da reforma agrária, a quantidade de escolas que não são ditas aí é imensa. Casa, habitação, escola, infra-estrutura, no setor mais pobre do Brasil, nos bolsões da miséria. Os bolsões da miséria não ecoam. Usei, uma vez, uma expressão chamada "a voz rouca das ruas". Está no programa do PSDB. Esses não fazem nem ruído, porque, quando há rua, há ainda o ruído na rua. No campo perdido, nem ruído. Só quando há uma seca, porque aí essa miséria vem para as cidades e os meios de comunicação registram a miséria. No dia-a-dia, é só sofrimento.

Pois bem, foi para essa gente que nós voltamos primordialmente as políticas sociais nestes anos de governo. Não foi só para eles, mas foi basicamente para eles. Este gráfico mostra o que se faz com o dinheiro público. Hoje, qualquer pessoa que tenha acesso ao Siafi – todos os parlamentares têm e, por consequência, toda a imprensa – pode facilmente saber o que se gasta no Brasil e como se gasta. Isto aqui é só a título exemplificativo. O caixa do Tesouro é único. O Imposto de Renda não fica separado num pedacinho, o IPI noutro, o ICMS noutro. É único o imposto. Mas, se nós somarmos todo o Imposto de Renda da pessoa física e da pessoa jurídica, a parte que fica com a União – uma parte vai para os estados e municípios – alcançou, ano passado, 28,7 bilhões de reais. E os programas de distribuição direta de renda chegaram a 29,4 bilhões. Ou seja, estamos redistribuindo a renda, sim! Aqueles que têm mais renda reclamam de pagar imposto. Ninguém gosta. A verdade é que o dinheiro é para aqueles que não têm renda nenhuma. Esse estrato está recebendo essa transferência de renda direto.

E o mais importante, ou tão importante quanto isso, é o fato de que, efetivamente, estamos mudando também a maneira de fazer isso. Estamos mudando a maneira de fazer isso, por quê? Porque nós estamos fazendo o famoso cartão. O Bolsa-Escola vai atingir mais de 10 milhões de crianças. Nós devemos ter 35 milhões de crianças nas nossas escolas,

nessa faixa. Portanto, estamos atingindo 30% das crianças brasileiras que estão em escolas públicas.

Vamos, também, fazer a mesma coisa – estamos fazendo – com o Bolsa-Alimentação, para as crianças carentes, para as gestantes das famílias carentes.

Nós estamos fazendo o Peti, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. E, por consequência, nós estamos, efetivamente, juntando esses cartões todos num único cartão. Neste ano, espero que possamos terminar esse trabalho e ter esse cartão que aí está, chamado de Rede de Proteção Social. Essa Rede de Proteção Social significa precisamente isto: estamos juntando, num só programa, ou melhor, juntando numa só maneira de distribuir os recursos, os vários programas. Esses vários programas são formas de distribuição de renda e incentivo à educação e à saúde.

Bom, este conjunto de dados que estou mostrando, aqui, a título apenas exemplificativo do que se está fazendo, tem como objetivo mostrar que temos um projeto, um projeto nacional, que é de inclusão social. Essa inclusão social está em prática. O Projeto Alvorada é um exemplo disso. Temos os portais do Alvorada, onde, nos pequenos municípios, a população pode saber o conjunto de programas disponíveis. Estamos atuando com outros programas, como o Comunidade Ativa, que é uma parte específica da programação também nessa mesma área. No Comunidade Solidária, cujos recursos não são públicos, mas da sociedade civil, eles se somam a esse conjunto de programas, porque se trata da transformação do Brasil. Essa rede de combate à pobreza requer um esforço que tem que ser coletivo.

Foquei o Nordeste e mostrei que o problema é mais amplo. Mas, efetivamente, aí está o nó da questão. Pois bem, ainda temos muito o que fazer.

Veja este dado sobre pobreza no Brasil. Este dado mostra algumas coisas interessantes. Primeiro, uma inaceitável: há muito pobre no Brasil. As formulações são várias.

Você pode dizer que o Brasil é um país que já não é pobre, mas tem muitos pobres. Você pode dizer que o Brasil é um país que tem pobre,

desde que nasceu. Você pode dizer que o Brasil é um país que deu pouca atenção ao combate à pobreza. Mas não se pode deixar dizer que começamos a mudar isso. Por quê? Veja o que está acontecendo aí. Nós tínhamos quase 50 e poucos por cento de pobres, no início dos anos 80. Quando foi feito o Plano Cruzado, em 86, esses pobres caíram fortemente para 30 e poucos por cento. Só que, como não foi possível manter o controle da inflação, por mil circunstâncias, voltou-se a mais de 40% de pobreza.

Quando se fez o Plano Real, em 94, de novo houve uma queda, com uma diferença: essa queda se estabilizou, e o número de indigentes caiu, também. Indigente quer dizer um dólar, por dia, *per capita*. E isto, aqui, quer dizer o poder de compra equivalente, por dia. Um dólar por dia, *per capita*, e aqui significa dois dólares *per capita*.

Então, isso mostra que o controle da inflação reduz a pobreza. É só voltar a inflação que acontece isto, aqui, de novo. A pobreza volta. É muito simples. Tem tanta gente que fala: "Só 15% ao ano." Está bem. É 15% de inflação ao ano. Quantos milhões de pobres? É fácil calcular. Mas significa, também, que não basta controlar a inflação.

Por isso, mencionei os programas de Rede de Proteção Social. Se não houver uma continuidade nesses programas, não vai haver efetiva diminuição da pobreza.

Os programas que lhes mostrei, há pouco, os dados estão começando. Um país não se muda em um ano, nem em 10, mas começa a mudar, se os fundamentos forem sólidos. O que, hoje, estou querendo mostrar é que lançamos as sementes de um Estado que deixe de ser do mal-estar social e possa se transformar em bem-estar social e os fundamentos para que esta sociedade possa dizer que ela é, efetivamente, democrática, quer dizer, que ela possa dar oportunidades iguais a todos. Falta muito. Mas o fato de faltar muito não nos deve desanistar, porque, se olharmos para trás, não havia quase nada. A maior parte desses programas não existia, simplesmente. Existia só retórica. A retórica foi eterna no Brasil contra a pobreza. Já a prática, meu Deus... Estamos praticando um conjunto de políticas, nessa direção, porque temos um projeto de uma sociedade melhor.

Aqui, vamos ver, tomando a Amazônica como pano de fundo, uma outra série de projetos e de visões desse programa de um outro Brasil, de um Brasil melhor.

No caso da Amazônia, obviamente, o que chama a atenção é a necessidade do desenvolvimento sustentável e de uma infra-estrutura que não prejudique a natureza. Essa é a questão fundamental. Como é que vamos fazer a exploração sustentável das nossas florestas, desenvolver o ecoturismo e a biotecnologia, enfim, as várias questões dessa natureza, mantendo essa preocupação? Avançamos bastante. Nenhum país do mundo tem tantas áreas de reserva quanto o Brasil. Nenhum. Parques naturais de todo tipo também estão funcionando relativamente. Às vezes, falta recurso, falta gente para olhar, mas estamos tomando as medidas necessárias para isso. Nunca se demarcou tanta terra indígena como demarcamos: são 32 milhões de hectares. Toda uma região aqui do alto rio Negro foi demarcada com grande êxito. Existe uma luta contínua para evitar que os madeireiros destruam a floresta e passem a utilizar técnicas de exploração sustentável, contínua. Essa luta está progredindo.

Quando se verifica o desmatamento da Amazônia – e ele existe –, a luta é contínua também. Hoje, temos muito mais capacidade de alertar para o que vai ocorrer, porque contamos com um sistema com satélites, de monitoramento, etc. Mas nós não podemos esquecer de que na Amazônia brasileira, além de plantas e de bichos, vivem pessoas. Temos que cuidar dessas pessoas. Temos cuidado dessas pessoas. Cuidado de que maneira? Nós fizemos uma estrada na Amazônia, que vai de Rondônia até o rio Amazonas. É a hidrovia do Madeira, pela qual nós já estamos transportando alguns milhões de toneladas de grãos, que vão até Humaitá, Itacoatiara e, daí, pelo mundo afora.

Mas fizemos também uma estrada – ponha o mapa das estradas aí –, que é a BR-174, que vai de Manaus até Boa Vista e, dali, para a fronteira da Venezuela, até Caracas. Hoje, a Zona Franca de Manaus está exportando por essa estrada. Essa estrada tem interesse estratégico, porque ela integra. Ela dá um novo sentido à Zona Franca de Manaus, porque passa a ser, efetivamente, exportadora. O crescimento das exportações foi de 600% através dessa estrada. E passou de 114 milhões de dólares,

em 94, para 851 milhões de dólares no ano 2001. Quer dizer, isso é uma coisa estruturadora. É claro que temos que cuidar – estamos cuidando – da BR de Boa Vista até a Guiana, que é a BR-401. Estamos aproveitando a Usina de Guri, na Venezuela para trazer energia elétrica para cá.

Acabamos, agora, de firmar um acordo para fazer uma ponte no rio Orinoco. Vai ser feita com recursos brasileiros e por empresários brasileiros. Vai dinamizar a região da Venezuela, que nos interessa em termos de integração. No Pará, fizemos uma transformação profunda no que diz respeito à utilização da energia elétrica. O Pará gera energia em Tucuruí. E Tucuruí não acendia uma lâmpada no Pará. Era tudo para o Maranhão, por causa do uso intensivo da eletricidade naquele estado. Hoje, nós fizemos o Linhão de Tucuruí, e toda a região do Pará recebe energia elétrica, não só nesse braço que vem para cá, como no que vai lá para Belém.

Estamos fazendo a pavimentação de um pedaço da Transamazônica. Temos aqui uma estrada que é de fundamental importância, que é a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém. O trecho que vai de Santarém a Rurópolis – são 300 e poucos quilômetros – é uma diretriz para este ano. Vai se acabar neste ano. Conversei com o Ministro dos Transportes. Quero as obras chamadas de arte, ou seja, as pontes da 163, também terminadas, porque por aí se poderá dar um salto imenso.

Agora, além disso, estamos terminando uma estrada que vai ligar a Serra de Parecis com Porto Velho, de tal maneira que a imensa quantidade de produção de grãos, que aí está, poderá ser transportada pela hidrovia do Madeira para Manaus.

Então, são coisas concretas que estamos fazendo. É claro que, no Amazonas, vale a pena visitar o que acontece lá em Urucu, onde a Petrobras tem uma exploração de gás e de petróleo exemplar, porque é no meio da selva e com o ISO-14000, para mostrar respeito à natureza.

Então, aí existe, também, nesta região, um investimento grande, no Pará, no Amazonas, em Rondônia, lá em cima, no Amapá. Vamos fazer uma estrada no Amapá.

Não quero cansá-los demais. Mas, enfim, articulamos esta região, sobretudo com a preocupação de respeito à natureza. Já está feita a

rodovia que vai ligar Brasiléia a Assis Brasil. Estamos levando adiante a rodovia que liga Cruzeiro do Sul a Rio Branco. Não dá para terminar. Mas o Acre não tinha estrada nenhuma. Está tendo, e, sempre, repito, com a preocupação com a natureza.

Mas, sobretudo, o grande destaque nessa preocupação no Amazonas é o Sivam. O Sivam é uma obra de interesse nacional – localizado na Amazônia, mas de interesse nacional. Essa obra me custou muito esforço, e custou a muitos de nós, porque houve muita incompreensão no início do processo do Sivam. Hoje, o Sivam é glória, porque, realmente, é a construção de uma rede de radares na Amazônia, não apenas para controlar o vôo – o que já é muito –, para dar segurança ao vôo e para a soberania nacional, mas é para termos informações sobre meio ambiente, sobre minerais, sobre a terra. E também o Sipam. Isso custou, mais ou menos, alguma coisa na ordem de 1,6 bilhão de reais.

Espero que possamos inaugurar a parte fundamental do Sivam até o fim deste ano. Foi uma obra iniciada neste governo, mas ela foi licitada no governo Itamar. É uma obra correta, que sofreu uma série de críticas que, depois, se mostraram insubstinentes.

Falei do Sivam. Quero dizer também que a Amazônia é uma preocupação constante nossa. É uma parte importante do Brasil, e temos que mantê-la como parte integrada ao território nacional. Para isso, precisamos de Forças Armadas dissuasórias. Com todas as dificuldades com o programa de estabilização, de combate à inflação, conseguimos manter nossas Forças Armadas com moral. Moral não só pela disciplina, pelo senso de hierarquia, que são características delas, mas porque algum apoio tem sido dado.

Conseguimos incorporar à nossa Marinha um novo porta-aviões e 23 aviões embarcados. Isso tudo foi feito com negociações pacíficas entre as várias Forças, do que me orgulho. Mais ainda: pudemos melhorar algo no que diz respeito à questão do reequipamento da nossa Força Aérea. Creio que dois dos nossos F-5 já foram recondicionados e podem durar até 2015. Nós temos muitos caças que estão sendo modernizados. Estamos fazendo também o programa relativo à fabricação de

outro tipo de avião, o ALX, que vai ser utilizado no Sivam. Graças à Embraer, vamos fazê-lo.

Enfim, o reequipamento está em marcha. Não com a velocidade de que nós todos gostaríamos, mas, com os recursos disponíveis, ele está em marcha. Aí está, simbolizando o Exército, um helicóptero, mas, na verdade, não é só helicóptero. Também equipamos o Exército com mais tanques. E, na verdade, neste próximo ano, já vamos dar um certo impulso a essa matéria.

Fizemos alguma coisa que creio que vale o registro, que é o Ministério da Defesa. Fizemos o Ministério da Defesa como um modelo brasileiro, com a cooperação das Forças Armadas e com a paciência do Presidente. Foram anos. Mas, hoje, é um ministério que está em pé e que presta serviço às Forças Armadas. Tudo isso foi feito com tranqüilidade. A tranqüilidade não é só uma questão de não termos sustos na economia, mas é não termos sustos na política e não termos sustos nos impulsos irracionais daqui e dali. Depende de diálogo. Depende de convencimento. Depende de negociação. Foi assim que avançamos nessas áreas.

Já que falei da Amazônia, quero ressaltar ainda um pouco mais a questão do meio ambiente. Aqui, houve um avanço significativo. Criamos a ANA, que é a Agência Nacional de Águas. No futuro, dar-se-á valor à ANA. O Brasil é um país que tem 12% da água doce disponível no mundo. Dir-se-á: "É bastante." É, mas ela é desigual. E, se não tomarmos cuidado, ela se polui. Até as águas subterrâneas se poluem, se não houver um tratamento adequado. Se não houver um cuidado com as bacias, se não houver um conselho das bacias, se não houver, realmente, uma atenção específica para cuidar da água, ela pode vir a ser um problema de conflito no futuro.

A ANA – a Agência Nacional de Águas -- está regulamentando essa matéria. O Congresso Nacional prestou uma colaboração enorme na definição dessa regulamentação. Temos uma nova legislação de recursos hídricos, que é a Lei 9.433, uma legislação nova de combate aos crimes ambientais. Participamos ativamente da questão da Agenda 21. E, sobretudo, lutamos, no plano internacional, com muito afinco, na questão da Convenção do Clima no Protocolo de Kioto, em que a idéia

inicial, o mecanismo pelo qual se faz a troca, na questão do desenvolvimento limpo, é proposta de um brasileiro, Doutor Gilvan, com o apoio do então Ministro Israel Vargas. E, hoje, nós implementamos o Protocolo de Kioto. Vamos apresentá-lo ao Congresso. Peço ao Congresso urgência para essa matéria, porque o Brasil precisa ser um dos signatários, logo, para poder gozar dos benefícios disso. Nós vamos mandar para o Congresso, no início período legislativo, o acordo sobre o Protocolo de Kioto.

Na reunião de Marrakesh e na de Berlim, a posição brasileira foi essencial. E os Ministros Ronaldo Sardenberg e José Sarney Filho tiveram um papel protagonista, ao lado do Itamaraty.

Enfim, nós temos, efetivamente, avançado numa visão moderna do desenvolvimento. Porque meio ambiente, hoje, faz parte da nova sociedade: uma sociedade sem pobreza, com mais igualdade, com dinamismo.

Mudando um pouco de foco, passamos para o Centro-Oeste, para chamar a atenção para outros problemas. Eu queria lhes dizer que, se houve uma região do Brasil em que o dinamismo se fez presente com mais força, nestes últimos anos, foi o Centro-Oeste.

A incorporação do Centro-Oeste tem sido alguma coisa extraordinária. O agronegócio e a utilização do cerrado devem muito à Embrapa, sem a qual nós não teríamos tido a possibilidade do desenvolvimento dos cultivares necessários, dos tipos de semente, etc. Mas a incorporação do cerrado se faz com muita rapidez.

Mencionei já, no caso de Mato Grosso, a questão, aqui, desta hidrovia. Pois bem, mas, talvez, tão significativo quanto isso tenha sido a Ferronorte. A Ferronorte ligou o cerrado do Brasil ao porto de Santos e ao porto de Sepetiba. Na Ferronorte, fizemos uma ponte entre São Paulo e Mato Grosso, que é uma beleza. Vale a pena visitá-la. E nós, hoje, já estamos com esta estrada em Alto Taquari. Ela saiu de Aparecida do Taboado, em Mato Grosso, na divisa com São Paulo, e se ligou com Alto Taquari. Estamos andando, para chegar até Rondonópolis. E, mais tarde, isso vai ter ligação com o Norte do Brasil.

Esta estrada permitiu o barateamento, assim como a hidrovia, da soja brasileira. Por isso, a soja brasileira, hoje, tem uma competitividade

extraordinária. Agora, quando se for verificar o que aconteceu nessa região, vai se ver que não só houve incorporação de terra, como a tecnologia que está sendo utilizada aí é das mais avançadas.

Olhem o que aconteceu com a produção de grãos, no Brasil. Passou de 59 milhões de toneladas, há alguns anos, para mais de 100 milhões nesta safra. No ano que vem, pelas primeiras estimativas, vai ser de 103, 104 milhões de toneladas. Quase dobra a produção de grãos. E não houve expansão da área. Quer dizer, houve um aumento significativo da produtividade. E isso se põe mais fortemente na região do cerrado, sobretudo no cerrado do Centro-Oeste, em Mato Grosso, em Goiás, em Rondônia. A produtividade do algodão e da soja é imensa. E isso se deve aos nossos empresários.

Isso se deve, também, ao apoio. Renegociamos dívidas da agricultura extensa e pachorrentamente, todos os anos, até chegar-se a uma fórmula aceitável que permite, efetivamente, o avanço da agricultura.

E, por trás disso, temos uma outra questão: a chamada "moderfrota". Facilitamos a compra de tratores. A produtividade cresceu violentamente. E, atrás disso – e não é só no Centro-Oeste, estou usando o Centro-Oeste como exemplo –, olhe o que aconteceu com a produtividade de grãos, no Brasil. Isso é dado do Brasil. Ela dobra. Por trás disso, tem não só a "moderfrota", como tem, também, o calcariamento e os programas de utilização de recursos do Banco do Brasil para o calcariamento das terras. Existe a criação de novas técnicas de plantio, o plantio direto.

Enfim, para ter um resultado desses, por trás disso tem muito trabalho, muito suor e até lágrimas. Chegamos a esse resultado. Isso é importante para o Brasil. É importante que o Brasil saiba o que está sendo feito na sua agricultura.

Hoje, o Brasil é o quarto maior produtor de grãos do mundo. Acima de nós, só China, Estados Unidos e Índia. Trabalho dos nossos agricultores, com o apoio dos governos, no plural. Carnes, a mesma coisa. Olhem o que aconteceu com as toneladas de carne. Suínos, a mesma coisa. Frangos, a mesma coisa.

Não quero cansá-los, não precisa.

Bom, naturalmente, já que falei de Ferronorte, das vias de transporte e da hidrovia, quero dizer também que foi no Centro-Oeste que embocou outro grande programa, que são os gasodutos. E o gasoduto que liga o Brasil à Bolívia vale a pena ir lá ver. Ele atravessa o Pantanal, com o apoio dos ambientalistas, porque foi feito com todo o cuidado na questão do meio ambiente. E por aí vão passar 30 milhões de metros cúbicos de gás, que vão permitir que, com o programa que mencionei já, das termoelétricas, fiquemos fora do sufoco da nossa hidrologia.

Essa é a nossa força. A nossa força é o trabalho. Trabalho do trabalhador, do empresário, do técnico, da universidade, que produz novas tecnologias. Mas temos que ter consciência do que está acontecendo no País. É uma mudança profunda. Isto aqui são certificados ISO 9000, de eficiência produtiva. Veja só, nós estamos neste nível. Olhem como cresceu. De 90 para 2001, cresceu 9.000%.

Agora, comparem. Estamos acima da Espanha – não quero falar do México – e quase empatando com a Coréia do Sul. Isso é que está por trás da nossa crença neste país. Isso é o que nos permite suportar as crises econômicas, é um bom manejo da economia, ajuste fiscal, controle da inflação e investimentos em produtividade. Olhem aqui o investimento na indústria. Só na indústria, passa de 100 para 200. Claro que aqui houve uma diminuição por causa das várias crises – 97 foi um ano bom. Mas, de qualquer maneira, na média, e do ponto inicial ao ano 2000, dobra o investimento na indústria. E ainda há gente que diz que a indústria está sendo sucateada. A produtividade aumenta, dobra o investimento, aumenta a exportação de manufaturados. Esse protesto é baseado em quê? Em nada. Na má vontade ou no retrovisor.

Temos problemas. Assim como tenho que dizer – como disse com toda a clareza – que a pobreza é um problema, que estamos combatendo, sem retórica, mas com consistência; a questão do desemprego é a dor de cabeça do mundo contemporâneo. Falo em produtividade da indústria, produtividade do trabalho e isso significa que se precisa de menos gente para produzir a mesma coisa. Há um dinamismo maior na economia em vários setores, e não só no industrial. Basicamente, é o

setor terciário que absorve mais mão-de-obra e, mesmo assim, há mudança de um setor para outro. Temos desemprego.

Mas, vejam o desemprego. Num certo momento, quando houve as crises de 98 e 99, a expectativa era de que haveria uma explosão. Não houve. Caiu. Ainda é alto. Mas olhem os outros países. Na Espanha, o desemprego é de 13%. Na Itália, é de 9%. Estados Unidos, no ano 2000, em novembro, 5,6%. Chile, 9,1%. A Alemanha foi para 10%, pelos dados de ontem. É um problema universal, por causa do modo de produção que está mudando. E vai requerer muita e muita recapacitação e treinamento de mão-de-obra, novas atividades, sobretudo no setor terciário, em turismo, em indústria de divertimento. Esse tipo de indústria é que absorve mão-de-obra.

Nós, aqui, fizemos, tomamos medidas. Não cruzamos os braços. Por que aconteceu isso que está aqui? Ou seja, por que não houve uma desabalada carreira no sentido do desemprego? Porque o Governo tomou algumas medidas importantes.

Fizemos um programa chamado Brasil Empreendedor. Esse Brasil Empreendedor aplicou 13,4 bilhões de reais no financiamento das micro, pequenas e médias empresas. Não foi por graça da natureza que aconteceu isso, de não haver a explosão. É porque o Governo reagiu. O Brasil Empreendedor foi um dos elementos disso. O programa de treinamento do Ministério do Trabalho, os vários programas, como o Proger, o FAT, enfim, o conjunto desses programas atuou para que houvesse uma contenção do desemprego. Não chegamos a este patamar dos países europeus e mesmo ao dos países latino-americanos, porque reagimos nessa matéria.

Há um setor – não vou dar muitos dados aqui – que é essencial para isso. É o setor de construção, sobretudo da construção civil. De 96 para cá, demos 1 milhão e 350 mil cartas de crédito para a compra de casa. A Caixa Econômica Federal financiou também alguns bilhões de reais. E foram construídas casas. Nesse setor, precisamos de um impulso maior. É preciso que haja uma coordenação maior de esforços. Estamos trabalhando. E ainda, neste ano, trabalharemos mais para aperfeiçoar os mecanismos relativos à questão da forma de financiamento, para que possamos dar um impulso.

Mas aqui também houve modificações importantes. Nós assinamos o Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade tem uma importância equivalente à do Estatuto da Terra. Assim como se fez a reforma agrária, os prefeitos podem fazer a reforma urbana. O Estatuto da Cidade, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por mim, dá os instrumentos para a regularização da posse, para a utilização melhor das áreas urbanas, para, portanto, facilitar a autoconstrução. Está em marcha uma transformação, que vai avançar.

Para que tenhamos, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento industrial e ao desenvolvimento humano, as modificações, para que tenhamos gente competente, é preciso que haja técnicos. As bolsas cresceram de 1980 até o ano 2000. Mas mais significativo do que isso é o que está acontecendo no setor de ciência e tecnologia, onde temos, hoje, fundos de pesquisa. Criamos uma enorme quantidade de fundos setoriais de pesquisa. Não sei exatamente nem quantos são. O Ministro sabe. Quatorze fundos. São taxas cobradas das atividades empresariais, em geral, dos setores privatizados. Com esses 14 fundos, vamos ter um acréscimento, que começa neste ano, mas, mais rigorosamente, a partir do ano que vem, de 1 bilhão de reais livres para a pesquisa, por ano.

Assim como existe, em São Paulo, a Fapesp, que tem recursos, até hoje, sobrando, espero que, no CNPq, venhamos a ter também recursos sobrando, porque eles têm que ser bem usados, têm que ter um bom projeto. E esses projetos são para todo o mundo: Governo, sociedade civil, empresas, desde que sejam aprovados por comitês.

Pois bem, desse esforço está resultando em que estamos formando no Brasil cerca de 6 mil doutores por ano. Seis mil doutores por ano é o equivalente ao que se faz – mais de 6 mil; são 6.300 – na Coréia do Sul, na China, na Itália, na Suíça. Pode-se dizer: “Bom, a Suíça é pequeninha e faz tudo isso.” Mas é muito mais rica. A Itália tem três vezes a renda *per capita* do Brasil ou mais e forma o mesmo número de doutores.

Mas o importante não é isso. É que não se formavam doutores. Há 20 anos, não se formavam. No tempo em que alguns, mais velhos como eu, faziam doutoramento, isso saía no jornal, com fotografia e tudo. O Secretário dos Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, sabe que é

verdade. Ele não é tão velho quanto eu, mas sabe. Quer dizer, hoje, são 6.300 doutores por ano, nas várias disciplinas. Isso é o que dá base ao ser humano, à pessoa. Não existe esse crescimento de produtividade, esse crescimento da indústria e essa capacidade de reorganizar o Estado, se não houver também essa questão.

Bom, isso aí é muito interessante e a produção de artigos brasileiros aumenta violentamente. Artigos em periódicos científicos aumentam violentamente. O número de artigos escritos por brasileiros citados nas revistas internacionais aumenta significativamente, também. Ou seja, estamos formando gente, uma base técnico-científica, que é a condição necessária para a sociedade de informação. A boa sociedade que queremos é combatendo a pobreza – sem pobre, se possível – é com educação para todos, é com mais igualdade. Mas ela é, também, uma sociedade informada, competente, com gente de alto nível de escolaridade, com gente que possa, portanto, absorver as tecnologias mais modernas e produzir tecnologias novas.

Bom, em certos setores, o avanço foi muito grande. O setor de telefonia é um exemplo, assim como os programas Agentes Comunitários de Saúde e Médicos de Família, o programa Toda Criança na Escola, o programa da reforma agrária. Telefonia é um é marco do que se fez em muito pouco tempo. Olhem os dados. E o mais significativo que tudo: olhem onde é que mais cresce. É nas classes D e E. O povo teve acesso à telefonia celular, o povo pôde usar -telefone. É também universalização, não é só universalização da educação e da saúde, mas é a universalização de certos bens essenciais do mundo contemporâneo.

Também, no petróleo, houve um avanço muito grande. Quebramos o monopólio da telefonia. Quebramos o monopólio do petróleo. Dissemos por que íamos quebrar, e dissemos ao povo. Ganhei duas eleições dizendo ao povo o que ia fazer. Os resultados estão aí. Os mais assustados diziam que era para privatizar a Petrobras. Eu sempre disse que não. Está aí o resultado. A Petrobras, hoje, é uma empresa multinacional. Atua em todo o mundo. É uma das sete maiores do mundo. Quando eu era jovem, falava-se das “sete irmãs”, com horror. Hoje, a Petrobras é uma das “sete irmãs”, sem horror, porque é uma empresa pública,

controlada, funciona com independência do setor político, da mesma maneira que o setor de telecomunicações, onde não existe clientelismo, como não existe na distribuição de recursos do Bolsa-Escola, no Médico de Família, nem em coisa nenhuma.

Olhem o crescimento da produção. Estamos produzindo, neste ano, 1 milhão e 520 mil barris, em média, por dia. Em janeiro, já se atingiu isso. Quer dizer, estamos a um passo da auto-suficiência do petróleo. E, agora, com muitas empresas competindo, a Petrobras continua liderando, porque é competente, têm técnicos bons e o Governo é sério e não interfere. Ela nunca foi tão capitalizada como é hoje e nunca gerou tanto recurso para o setor público como gera hoje, porque quebramos o monopólio do petróleo, e quebramos dizendo o porquê: para defender a Petrobras e o Brasil, como quebramos o monopólio da telefonia, para permitir o que se fez aqui: uma democratização do acesso à telefonia.

Nem tudo foram glórias. Já me referi ao setor energético, em que tivemos problemas. Mas a verdade é que, também, no setor energético mudou muita coisa.

O que aconteceu?

Não sei se houve, em algum momento da nossa história, uma crise que tenha sido enfrentada tão abertamente. Só a crise da inflação, quando fizemos o Real. Naquela época, tudo o que se fez foi anunciado, foi explicado à população. Com a crise da energia, fizemos alguma coisa semelhante. Criamos a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, tivemos uma extraordinária colaboração da sociedade, controlamos a crise sem apagões. Foi uma decepção para o “Ministro do Apagão”.

Na verdade, depois de muita discussão, mudamos o modelo. É muito complexo, não vou entrar em detalhes. Mas a verdade é que acrescentamos, entre 91 e 2001, 17.400 megawatts à nossa capacidade geradora. O Brasil tem a capacidade, hoje, de 75 mil megawatts. Os investimentos no setor elétrico, incluindo 10 mil quilômetros de linhas de transmissão, chegaram a 23 bilhões de reais. Por isso, reitero o que disse. Houve um momento de lacuna do investimento, mas ele foi retomado. A lacuna pesou. Houve enganos. Houve erros. Houve erro na concepção do modelo. Houve erro na sinalização para o mercado